

Eixo 6 - Povos indígenas e quilombolas: territorialidade e educação

Relações étnico-raciais: a invisibilidade da criança quilombola na produção acadêmica brasileira

Wesley Santos de Matos
Thiana do Eirado Sena
Benedito Eugenio

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MATOS, W.S., SENA, T.E., and EUGENIO, B. Relações étnico-raciais: a invisibilidade da criança quilombola na produção acadêmica brasileira. In: SANTOS, A. R., OLIVEIRA, J. M. S., and COELHO, L. A., orgs. *Educação e sua diversidade* [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 223-235. Movimentos sociais e educação series, vol. 3. ISBN: 978-85-7455-489-1. Available from: doi: [10.7476/9788574554891.0014](https://doi.org/10.7476/9788574554891.0014). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/8t823/epub/santos-9788574554891.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: A INVISIBILIDADE DA CRIANÇA QUILOMBOLA NA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA



Wesley Santos de Matos¹

Thiana do Eirado Sena²

Benedito Eugenio³

1 Introdução

A produção científica no Brasil tem na Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) sua principal agência de avaliação. Periódicos, livros e eventos passam por um processo rígido de avaliação e constituem parâmetros para as notas atribuídas aos Programas de Pós-Graduação (PPG).

Como nos ensinou Bourdieu (1983), a produção científica é construída num jogo de forças que irá constituir o campo científico, um verdadeiro mundo social. Para este autor, o campo científico é definido pelos agentes que o compõem, pois “ [...] os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que e num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes [...]” (BOURDIEU, 2004, p. 25).

Assim, é fundamental o mapeamento da produção acadêmica sobre determinadas temáticas, principalmente por nos permitir visualizar de que forma as lutas do campo científico têm eleito determinados objetos como legítimos e relegado outros, tendo em vista que com a aprovação da Lei nº 10.639/2003 ampliou-se, consideravelmente, o quantitativo de pesquisas acerca das relações étnico-raciais seja em espaços escolares ou não escolares.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

² Discente do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

³ Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. *E-mail*: <beneditoeugenio@bol.com.br>.

Estudos como os realizados por Gomes (2003; 2009; 2012); Silva; Assmann; Specht (2014); Baia Coelho e Silva (2013); Amorim; Baia Coelho (2014); Thijm; Baia Coelho (2014); Silva e Silva (2015); Caloti; Amorim (2015); Paula; Guimarães (2014); Silva (2011); Silva (2013); Freitas (2010); Moreira (2013), dentre outros, têm apontado para a importância e a necessidade da abordagem das relações étnico-raciais no currículo, nas práticas pedagógicas das escolas de educação básica e nos cursos de formação docente.

Dessa forma, verificar de que forma a educação das relações étnico-raciais vem sendo discutida nas pesquisas brasileiras da área de Educação é imprescindível. Partindo da afirmação de Morosini e Fernandes (2014), o Estado do Conhecimento é a identificação, registro e categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo.

Tomando como relevante a afirmativa da autora supracitada, este trabalho tem como foco de análise a produção sobre a criança quilombola nos espaços escolares. Esta análise foi feita tomando como base os trabalhos apresentados nas cinco últimas reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), nos Grupos de Trabalhos (GTs): 3 – Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos, 7 – Educação de Criança de 0 a 6 anos, e no 21 – Educação e Relações Étnico-raciais.

A confecção deste Estado do Conhecimento carrega em si a necessidade de se desvelar como vem sendo (ou não) construído o conhecimento sobre a criança e, em especial, a criança quilombola. Até porque esse público tem um modo próprio de organização de ver e sentir o mundo que os rodeiam. Desde os anos 50, Florestan Fernandes (1979), em seu hoje clássico estudo sobre “As trocinhas do Bom Retiro”, já nos alertava que é preciso uma imersão no mundo das crianças para poder compreender esse mundo que, frequentemente, passa despercebido aos olhos dos adultos.

Por outro lado, torna-se de fundamental importância analisar o que a academia tem produzido acerca da criança negra, tendo em vista que a discriminação racial experimentada pelos adultos também acontece na escola e com efeitos sutis, mas que marcam profundamente as crianças.

Sobre isso, Fazzi (2004, p. 90) aponta que

embora os mecanismos de transmissão de atitudes sejam similares para todas as crianças, o ambiente sociológico e psicológico

e o pertencimento racial afetam a extensão dos sentimentos e a relação a eles. Assim, a transmissão de preconceito não é automática, e a existência de crianças mais ou menos preconceituosas ou não preconceituosas é possível.

Nesse sentido, torna-se fundamental que reflitamos atentamente para os modos como crianças articulam e modelam suas relações, criam e recriam seus mundos, pois são atores quase que imperceptíveis aos olhos dos adultos.

Este artigo procura mapear a produção brasileira sobre a criança quilombola, em espaços formais de educação.

2 Materiais e método

Para a construção dos dados aqui analisados, preliminarmente foram feitas consultas à base de dados do Scielo e nos anais do II Simpósio Luso-Brasileiro de Estudos da Criança: desafios éticos e metodológicos, realizado em 2014. Em nenhuma dessas bases foram localizados trabalhos que evidenciassem o tema proposto para o estudo. Diante disso, direcionamos a pesquisa para as reuniões anuais da ANPED, por entendermos que essa Associação, ao congregar todos os programas de pós-graduação em Educação do país e por ter grupos de trabalho que abordem especificamente as crianças e as relações étnico-raciais, pode ser um bom indicativo dos objetos privilegiados e, também, aqueles negligenciados pela produção acadêmica nacional.

Diante da situação que estava posta, fomos levados a utilizar a base de dados da ANPED e elegemos os GTs 3 (Movimentos Sociais e Educação), 7 (Educação da criança de zero a seis) e 21 (Educação e relações étnico-raciais) como espaços da pesquisa. Assim, elegemos as cinco últimas reuniões nacionais da ANPED, a saber: 37ª reunião realizada em Florianópolis-SC, em 2015; 36ª reunião ocorrida na Universidade Federal de Goiás – UFG, em outubro de 2013; 35ª reunião realizada em Porto de Galinhas-PE, em outubro de 2012; 34ª reunião ocorrida em Natal-RN, em outubro de 2011 e a 33ª reunião realizada em Caxambu-MG, em outubro de 2010, como *locus* para a construção do *corpus* do presente texto.

Na pretensão de construir um estado de conhecimento que desse relevância à criança quilombola, foi efetuada a leitura flutuante (BARDIN,

2011) com os resumos dos trabalhos publicados no Banco de Dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Na sequência, a fim de apreender mais elementos dos textos selecionados, realizamos a leitura completa dos trabalhos selecionados para a análise e que serão descritos, posteriormente, no presente artigo.

A partir das prioridades e decisões tomadas na construção deste artigo, assumimos as categorias *criança quilombola*, *educação quilombola* e *invisibilidade*, como foco da análise. Articularemos as duas primeiras categorias na análise dos trabalhos encontrados que focam a temática ou aproximam-se da proposta aqui pretendida e a última categoria será discutida no tópico final deste texto.

3 Resultados e discussão

Passamos, a seguir, a apresentar as discussões acerca das crianças quilombolas efetuadas nos anais das Reuniões Anuais – RA da ANPED selecionadas, conforme informado anteriormente.

Na 33ª edição da reunião nacional da ANPED, realizada em Caxambu-MG, em outubro de 2010, nos três GTs não foi encontrado nenhum trabalho que abordasse ou se aproximasse das discussões das categorias elencadas para análise do *corpus* deste trabalho.

Ao analisar os anais da 34ª edição da reunião nacional ocorrida em Natal-RN, em outubro de 2011, apesar das ausências da temática nos GTs 3 e 7, no grupo de trabalho 21 – Educação e Relações Étnico-raciais aparecem dois trabalhos que se aproximam das categorias de análise. O primeiro, intitulado *Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais: Entre Ausências e Emergências*, de autoria de Shirley Aparecida de Miranda – UFMG, problematiza a situação da implantação da modalidade da Educação Quilombola no âmbito das políticas públicas voltadas para a educação, porém não menciona nem aborda a criança quilombola como ator fundamental que vai usufruir dessa política de reparação social e reconhecimento por parte do Estado.

Além desta produção, encontramos também: *Reflexões em torno das relações raciais no Brasil e da constituição da identidade de crianças negras na sala de aula com base na perspectiva dialógica*, de autoria de Francisca de Lima Constantino – UFSCar. O trabalho traz reflexões acerca das relações raciais no Brasil ao longo de sua história, bem como relaciona

suas influências históricas e sociais na construção da identidade negra do passado a atualidade. É resultado de uma pesquisa de mestrado e a autora conclui que o diálogo sobre as diferenças em sala de aula se faz importante na formação das identidades das crianças negras e brancas. Neste trabalho, a criança negra está presente, no entanto, a criança quilombola não aparece, até porque a pesquisa foi realizada em uma escola urbana da cidade de São Carlos-SP.

Analisando a 35ª edição, realizada em Porto de Galinhas-PE, em outubro de 2012, ratificamos as ausências da temática nos grupos de trabalhos (GTs) 3 e 7, enquanto que no GT 21, selecionamos dois artigos para verificação, tendo em vista a proximidade com o tema tratado.

O texto *O lúdico em uma comunidade quilombola: inspirações para a educação das relações étnico-raciais*, de autoria de Maria Walburga dos Santos – UFSCar, tem como objeto o lúdico no interior da referida comunidade. Adota a definição dos quilombos contemporâneos e assume o lúdico como elemento da cultura e a cultura como objeto da História e da Educação. Crianças, jovens e adultos são os sujeitos da pesquisa à medida que seus depoimentos e experiências identificam e traçam o processo educativo do contexto de que fazem parte, para além da instituição escolar. A discussão proposta considera a diversidade como pauta elementar da área de Educação, dialogando diretamente com as proposições de Educação das Relações Étnico-raciais principalmente, ao apontar a urgência no Brasil do século XXI, em se romper com modelos que tendem a homogeneizar (e branquear) espaços e pessoas, além de padronizar o conhecimento. Neste trabalho, a criança aparece de forma integrada com os demais atores da comunidade quilombola, embora não haja uma ênfase na criança quilombola, tanto que não é utilizada a nomenclatura criança quilombola no corpo do texto.

Já na outra produção: *A-Ian-Madê? Processo educacional de crianças quilombolas na escola da cidade*, de autoria de Mille Caroline Rodrigues Fernandes – UNEB/PPGEDUC, é um recorte de uma pesquisa desenvolvida numa escola localizada no Baixo-sul Baiano, realizada com estudantes do quilombo de Boitaraca. O objetivo foi refletir sobre as dificuldades educacionais, enfrentadas por estas crianças e jovens, ao saírem da escola do “quilombo”, no período da educação fundamental II, para estudar na escola da “cidade”. Na escola do “quilombo”, durante o período da educação infantil e ensino fundamental I, a professora da comunidade desenvolveu, em sua sala de aula multisseriada, espaços pedagógicos que

propiciavam a valorização da memória, da oralidade e da *arkhé*, capaz de formar consciência individual e coletiva do grupo, mostrando caminhos didático-pedagógicos baseados na dinâmica do vivido/concebido.

Nessa perspectiva, ao saírem do seu meio sócio-cultural-histórico, durante o ensino fundamental II, e adentrarem numa escola, a qual a proposta curricular é baseada nos valores eurocêntricos, essas crianças e jovens experimentam o sabor amargo e nocivo do preconceito e da discriminação por serem negros e quilombolas. Assim, o texto discute o processo educacional na “cidade”, um meio de exclusão e silenciamento vivido pelas crianças e jovens ao saírem da escola do “quilombo”. A autora se aproxima da discussão sobre criança quilombola, ao narrar as histórias e vivências das crianças em um espaço escolar fora da comunidade.

A 36ª edição da reunião nacional foi realizada na Universidade Federal de Goiás – UFG, em outubro de 2013. Assim como nas edições anteriores conferidas, apontamos as ausências das discussões nos GTs de números 3 e 7, enquanto que no GT – 21, elencamos dois trabalhos que se aproximam da temática abordada neste trabalho.

Em *Educação escolar quilombola: diálogos e interfaces entre experiências locais e a institucionalização de uma nova modalidade de educação no Brasil*, de Kalya Maroun – PUC-RIO, Suely Noronha de Oliveira – PUC-RIO e Edileia Carvalho – PUC-RIO, objetiva ilustrar o debate sobre a temática da educação escolar quilombola a partir de duas conjunturas diferenciadas e complementares: o processo de estruturação da política nacional para a Educação Escolar Quilombola e o contexto empírico de duas escolas quilombolas situadas na região Sul Fluminense.

O processo de produção do texto da política nacional referente à educação escolar quilombola produziu impactos relevantes em extensão nacional. Dessa forma, compreender a educação escolar quilombola como categoria recente, ainda em desenvolvimento e em disputa, faz-se necessário para entendê-la enquanto um campo emergente da educação, que ainda tem muito a ser conhecido. O texto se atém à discussão das políticas públicas voltadas para Educação Escolar Quilombola, sem, porém, mencionar ou discutir os estudantes/crianças quilombolas.

A outra produção, *Relações étnico-raciais e educação infantil: ouvindo crianças e adultos*, de autoria de Lucineide Nunes Soares – UEMG e Santuza Amorim da Silva – UEMG, investigou as relações étnico-raciais nas práticas educativas engendradas com as crianças entre 0 e 6 anos de idade no contexto da educação infantil de uma escola pública do município de Teófilo

Otoni-MG. Buscou-se descrever e analisar como a dinâmica e a organização dessas práticas, bem como as relações estabelecidas entre crianças, crianças e adultos incidem nas configurações identitárias das crianças negras; e identificar o que crianças e adultos dizem sobre estas práticas e relações estabelecidas. O texto trata das relações das crianças negras e adultos em geral, não fornecendo uma discussão onde apareça a criança quilombola.

Na edição mais recente da ANPED, a 37^a, confirmamos a invisibilidade nos trabalhos sobre as discussões da temática no GT – 3, enquanto que no GT – 7 selecionamos dois trabalhos, e no 21 um trabalho se aproximou da proposta de análise deste artigo.

No GT – 7, elencamos os seguintes trabalhos: *Dimensão étnico-racial na educação infantil: um olhar sobre a perspectiva das crianças*, de Eduarda Souza Gaudio – UFSC e *Considerações acerca da discriminação étnico-racial em crianças pequenas*, de Sílvia Helena Vieira Cruz – FAGED/ UFC.

O primeiro texto apresenta uma análise da pesquisa de mestrado da autora, que investigou as relações sociais entre crianças quanto às diferenças étnico-raciais numa instituição de educação infantil pública. A investigação assumiu como base os estudos sobre Relações Étnico-raciais na Educação Infantil no Brasil e as contribuições dos Estudos Sociais da Infância, procurando dar visibilidade as diferentes expressões que as crianças manifestam na relação com seus pares. Ao analisar essas relações sociais das crianças, a autora percebe elementos que envolvem a dimensão étnico-racial, permeando e estruturando relações, reforçando de modo próprio muitos dos estereótipos e preconceitos existentes no contexto social que vivenciam. Após uma análise sobre esta produção, constatamos que não aparece na discussão a criança quilombola.

Já o segundo texto parte da presença da discriminação étnico-racial na educação infantil, da sua influência na construção da identidade das crianças e do pequeno número de trabalhos que investigaram esses processos em crianças, especialmente os que as ouviram diretamente. Evidenciamos que o texto não trata de criança quilombola, e sim de crianças negras em geral e dos processos de discriminações a que elas estão sujeitas.

Em seguida, analisamos o trabalho que selecionamos no GT – 21, *Relações raciais entre crianças na cidade de São Paulo: as pesquisas do Projeto Unesco*, de Ana Cristina Juvenal Cruz – UFSCar. Este texto apresenta e discute a incursão teórica das pesquisas sobre criança e infância realizadas sobre os auspícios do Projeto UNESCO sobre as relações raciais desenvolvido na cidade de São Paulo. Isto é feito a partir de alguns documentos

recolhidos do Fundo Florestan Fernandes que somados a uma metodologia genealógica estabelecem uma cartografia da pesquisa sociológica e histórica sobre as crianças e suas infâncias.

A partir da questão central a respeito dos aspectos que marcam a peculiaridade das relações raciais brasileiras na década de 1950, encontra-se delineado um dos documentos que compuseram a pesquisa, denominado de *Relações entre crianças negras e brancas em parques infantis da capital*. Este documento deriva de um estudo de campo sobre as condições das crianças negras nos parques infantis da capital paulista. A proposta da autora restringe-se à análise desse processo, buscando restabelecer tais investigações a uma gênese dos estudos sobre criança, infância que, desde logo, integre a ótica das relações étnico-raciais. No presente trabalho, a invisibilidade da criança quilombola fica evidenciada.

Após efetivarmos as análises com os trabalhos elencados anteriormente e articulando-os com as categorias primárias de análise, *Criança quilombola* e *Educação quilombola*, aferimos que mesmo em todos os trabalhos, estando presente o descritor criança/infância/criança negra, a criança quilombola não tem o devido tratamento nas discussões. Desta constatação emergiu uma terceira categoria que consideraremos para discutir as ausências, essa categoria que denominaremos de *invisibilidade* será abordada no tópico seguinte deste artigo.

4 A invisibilidade da criança quilombola na produção acadêmica

Partindo das ausências notificadas nas buscas feitas na base de dados do Scielo e do Simpósio Luso – Brasileiro de Estudos da Criança: desafios éticos e metodológicos – Anais eletrônicos, demos relevância a uma categoria que se fez notória na construção deste trabalho a *invisibilidade*, ficou latente como a criança, e em especial a criança quilombola, não aparece nas produções acadêmicas, até mesmo nos eventos e meios que são destinados a esse público.

Constatada as lacunas na produção acadêmica, elegemos o Banco de Dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) para fazer uma análise nos GTs – 3, 7 e 21, no entanto, ficou perceptível que os trabalhos nesses GTs pouco tratavam da temática que nos propusemos analisar.

No GT 3 – *Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos*, não conseguimos encontrar nenhum trabalho que revelasse um tratamento sobre o público analisado neste artigo, neste GT a *invisibilidade* foi completa, no GT 7 – *Educação de Criança de 0 a 6 anos*, apesar do título do GT ser específico para as produções de crianças, essa especificidade não se traduziu em trabalhos que colocassem em relevo as crianças quilombolas, apenas dois trabalhos se aproximaram timidamente sem, no entanto, tratar do tema em questão e no 21 – *Educação e Relações Étnico-raciais*, elencamos sete produções reunidas nas edições analisadas, mas os artigos selecionados, também, não deram tratamento diferencial ao tema, passando tangencialmente sobre o mesmo, sem fazer referências à criança quilombola.

Diante da quase ausência de estudos sobre a criança quilombola, o trabalho de Silva (2011), nos ajuda a pensar algumas questões sobre a temática deste artigo. De acordo com esta autora, as crianças quilombolas integram o grupo de crianças negras que convivem com o racismo. A autora chama atenção ainda para o preconceito triplo que a criança quilombola está submetida: primeiro por ser criança, depois por ser negra e, em seguida, por ser negra e quilombola. Nesse sentido aponta que

existe uma fronteira invisível entre crianças negras e crianças quilombolas, associada às concepções que a comunidade tem sobre as relações sociais das crianças nos quilombos e o imaginário construído sobre as crianças do meio urbano. Uma fronteira que em determinadas circunstâncias também é tênue, precisamente quando as crianças quilombolas são inseridas no bojo das crianças negras, sem qualquer distinção (SILVA, 2011, p. 55).

Sobre o processo de visibilidade da criança quilombola, nos direciona no sentido de que:

[...] arriscamos afirmar que o conhecimento sobre o outro é capaz de produzir percepções com base nas tais singularidades das identidades, como por exemplo, o desconhecimento das singularidades na infância quilombola que orienta um sistema conceitual sobre identidades negras a fim de incorporar no mesmo grupo social todas as crianças negras. Assim, entender a visibilidade das crianças quilombolas é o caminho para a

compreensão das representações e relações sociais criadas no interior das comunidades, em que o sujeito criança pode existir sob concepções distintas e isto impactar na definição das crianças quilombolas nas políticas públicas do Estado. Ao passo que a visibilidade também propõe desconstruir estereótipos enraizados na sociedade e ressignificar o lugar das crianças quilombolas (SILVA, 2011, p. 59).

Compartilhando do pensamento da autora, percebemos que a construção dessa *invisibilidade* vai adquirindo forma quando o Estado, com seus mecanismos de recenseamento e controle, vai uniformizando em primeira instância as crianças e, em seguida, suas identidades, fazendo desaparecer as especificidades culturais e sociais de cada grupo.

A ausência de estudos sobre as crianças negras quilombolas, muito em função da recente entrada da sociologia nos estudos sobre a infância e da própria condição periférica das crianças de quilombos em estudos sociológicos, aliada à homogeneização de identidades híbridas e diversas (SILVA, 2011, p. 59).

Segundo Silva (2011), a homogeneização dos territórios engessa as políticas públicas por não conhecerem a localização exata dos quilombos e incorporam as comunidades como conjunto de comunidades rurais e, nesse processo, não articulam levantamentos a fim de identificar elementos culturais que venham corresponder com políticas a serem implementadas.

Um caminho possível que venha a contrapor essa invisibilidade é compreender que

a construção da visibilidade das crianças de quilombos passa pela necessidade de ter em consideração a relação existente entre solidariedade, respeito e identidades quer seja nas comunidades, quer seja na relação das comunidades com o Estado. Mas também, refere-se à necessidade de se desconstruir os modelos predominantes que historicamente caracterizaram-se, sobretudo, pela imposição e violência simbólica sobre grupos subordinados, em particular, o caso dos negros no Brasil (SILVA, 2011, p. 61).

Dessa forma, é fundamental que a academia, subsidiada pelo Estado, promova pesquisas voltadas às comunidades quilombolas, em especial as

crianças quilombolas, de modo que essas pesquisas possam servir de base para a implementação de políticas públicas implementadas pelo Estado e direcionadas às comunidades quilombolas, de modo que essas políticas não sejam aleatórias, mas sim planejadas e direcionadas às especificidades de cada comunidade.

Conforme Silva (2011, p. 112), no que concerne a criança quilombola, o fato de ser criança, ser criança negra e ser criança do meio rural é a oportunidade de desenvolvimento de políticas transgressoras, inovadoras e que busquem nas diferenças os elementos necessários para a sua consolidação.

Não queremos que a visibilidade da criança quilombola seja uma dimensão meramente processual, burocrática ou acadêmica. Queremos instrumentos de transformação das relações hegemônicas raciais na sociedade e que essa criança deixe de ser uma “qualquer criança negra” para o ocupar o lugar que por direito lhe é assegurado (SILVA, 2011, p. 112).

Se conseguirmos, enquanto pesquisadores, colocar em relevo esse grupo de crianças que tem um mundo próprio, formas peculiares de ver e sentir o mundo, valorizando as diferenças e as pluralidades tanto sociais quanto culturais, contribuiremos para superar essa *invisibilidade* na qual a criança quilombola está imersa, *invisibilidade* esta que vem sendo confirmada e reproduzida pela produção científica nos seus diversos campos.

5 Considerações finais

Ao adentrarmos na temática proposta neste trabalho, qual seja, a de analisar a produção científica sobre a criança quilombola nos espaços escolares, a primeira constatação é a de que as crianças oriundas de comunidades remanescentes de quilombos não têm se constituído como objeto de investigações por parte dos pesquisadores, mesmo dos investigadores da infância e/ou das crianças, seja com aportes da Sociologia, Antropologia ou Psicologia. Mesmo a Sociologia da Infância, muito influente ultimamente no Brasil, com diversos grupos de pesquisas dedicados ao tema, ainda não elegeu as crianças quilombolas como sujeitos importantes do seu programa de investigações.

Esta negligência se constitui na construção de uma *invisibilidade* quase que total da infância da criança quilombola, homogeneizando e retirando dela aquilo que a diferencia das demais, aqui compreendidas as especificidades étnicas e culturais. Ao analisarmos o material selecionado na ANPED, constatamos que há poucos trabalhos que se debruçaram sobre esses sujeitos sociais, o que demonstra a necessidade de pesquisas sobre as crianças quilombolas. No estado da Bahia, que apresenta o maior número de comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas do Brasil, essa demanda é ainda mais urgente.

Referências

AMORIM, R.; BAIA COELHO, W.N. Política curricular e relações raciais no Brasil: entre textos e discursos. **Teias**, vol. 14, p. 122-146, 2014.

SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE ESTUDOS DA CRIANÇA: desafios éticos e metodológicos. 2, 2014, Rio Grande do Sul. Anais... Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<http://www.estudosdacrianca.com.br/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: maio 2016.

BAIA COELHO, W.N.; COELHO, M.C. Os conteúdos étnico-raciais na educação brasileira: práticas em curso. **Educar em Revista**, v. 47, p. 67-84, 2013.

BAIA COELHO; WILMA, N; SILVA, Rosângela Maria N. Relações raciais e educação: o estado da arte. **Educar em Revista**, v.47, p.67-84, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luis Antero Reto: Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

FAZZI, R. C. **O drama racial de crianças brasileiras**: socialização entre pares e preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FERNANDES, Florestan. As trocinhas do bom retiro: contribuições ao estudo folclórico e sociológico da cultura e dos grupos infantis. In: _____. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

FREITAS, Sandra R. **Formação continuada de professores da rede estadual do Paraná para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

_____. Limites e possibilidades da implementação da Lei nº 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação. In: HERINGER, Rosana; PAULA, Marilene de. (Orgs.). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Henrich Boll Stiftung; Action Aid, 2009.

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

MOREIRA, Josinéia S. **A formação de professores/as e a educação multicultural no cenário da educação de jovens e adultos**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

MOROSINI, Marília Costa. FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez., 2014.

PAULA, Benjamin X. de; GUIMARÃES, Selva. 10 anos da Lei Federal 10.639/03 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas. **Educação e Pesquisa**, n. 40, v. 2, p. 435-448, 2014.

SILVA, Beatriz Caitana da. **A construção da (in)visibilidade da infância quilombola: o papel do Estado e do movimento social**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

SILVA, K.E.; SILVA, L.F. As questões raciais na educação infantil: possibilidades e desafios em uma dimensão pedagógica. **Simbiótica**, v. 2, n. 1, p. 22-41, 2015.

SILVA, Giselda C. **O estudo da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental: currículos, formação e prática docente**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SILVA, Glênio O. **Arcabouço jurídico normativo pedagógico da Lei 10.639/03 na Universidade Federal de Uberlândia: avanços e limites**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

THIJM, F.E.A.; BAIA COELHO, W.N. Um estudo das relações raciais em teses e dissertações brasileiras no período de 2004 a 2013. **Cocar**, v. 8, n. 16, p. 167-181, 2014.